



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000309883

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2050529-18.2025.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, é embargado OSEIAS PINHEIRO OLIVEIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS MONNERAT (Presidente) E FÁBIO GOUVÊA.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ALBERTO GENTIL
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº 2050529-18.2025.8.26.0000/50000 – São Paulo.

17ª Câmara, Seção de Direito Público.

Embargante – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargado – Oseias Pinheiro Oliveira.

Voto nº 44.672.

Vistos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Omissão e obscuridade – Não ocorrência – Matéria suficientemente analisada e decidida pelo julgado – Embargos rejeitados.

1 – Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ao V. Acórdão de fls. 52/56, alegando, em suma, omissão e obscuridade do julgado. Postula, assim, sua declaração, inclusive para fins de prequestionamento.

2 – O V. Aresto não apresenta os apontados vícios.

De se observar que fundamentação do V. Aresto é mais do que suficiente para embasar a decisão nele estampada, sendo desnecessária a declaração objetivada pelos embargos. Sua fundamentação exclui toda a matéria alegada em razões de recurso.

O inconformismo do embargante com a solução constante do julgado não enseja a declaração pretendida.

Omissões, contradições ou obscuridades do acórdão que ensejam embargos de declaração são aquelas constantes do

seu próprio texto e não as resultantes da desconformidade deste com o que foi objeto de recurso da parte.

Saliente-se que o V. Aresto apreciou a matéria de acordo com os elementos existentes nos autos e em harmonia com o entendimento desta C. Câmara.

Ora, o embargante almeja a rediscussão da matéria já analisada e decidida pelo V. Aresto, o que é inadmissível.

Destarte, nada há a acrescentar.

3 – Daí porque, ante o exposto, rejeito os embargos.
Custas na forma da Lei.

ALBERTO GENTIL

Relator

(Assinatura Eletrônica)